

Do meu mar vê-se a língua

From my sea you can see the language

Ana Margarida de Carvalho

Escritora

anamargaridadecarvalho@gmail.com

Existe um pequeno país, pobre em recursos, periférico, um pouco marginal, que é o meu. E a sua tão improvável existência, da sua tão pouco plausível e insensata história e talvez este passado remoto lhe dê algum encanto – e também algum ensombramento.

Existe uma língua, que é a portuguesa, que fica sempre muito bem colocada nos rankings das mais faladas, 260 milhões de falantes distribuídos por quatro continentes, com os seus, diz-se, 400 mil vocábulos. Impressiona, de facto, mas não julgo serem estas questões quantitativas que podem elevar uma língua. Não é por aqui que se devem medir forças entre nações. As palavras carregam consigo uma história, os vocábulos arrastam outros consigo e é a literatura a forma mais elaborada em que as línguas florescem. Pena que o país da grande globalização que Portugal foi no tempo das Descobertas não consiga repetir o feito à escala da cultura: que é provavelmente a coisa mais importante do mundo.

Existe uma literatura que é a literatura portuguesa, que transcende a língua, que transcende o próprio país, nos seus vários aspectos, na sua pequenez, na sua «desimportância» política, militar, geo-estratégica, para os desígnios do mundo e até para a comunidade europeia, como bem sabem... A nossa literatura é muito maior do que o nosso país, a nossa literatura é muito maior do que a nossa língua, e é ela, a literatura portuguesa, mais do que a língua portuguesa, aquilo que verdadeiramente nos une, a nós comunidade lusófona e a quem a ela consiga aceder, que nos liga, que nos aproxima, completa, que nos transmite identidade, carácter e sintonia.

Porque o português tem esta coisa mágica de ser uma língua maravilhosamente impura, aglutinadora e globalizante. Provém do latim, claro, em primeira instância, como o espanhol, o catalão, o galego, o francês, o italiano, o romeno... Mas está saudavelmente contaminada pelo árabe, pelo inglês e francês, também alemão e japonês, agora por crioulos e dialectos africanos, até por palavras e polissemias que vêm sendo absorvidas do mundo virtual, que quanto a mim, são muito bem-vindas... E é, desde sempre, salpicada de vocábulos gregos (alguns por via latina, outros por via directa), que curiosamente, parece-me sempre que chegam da esfera do erudito, da poesia, da metafísica, do sublime, talvez.

Sophia de Mello Breyner, que se referia ao dia da revolução com «o dia inicial, inteiro e limpo», dizia também num outro poema: «tudo o que é belo tem um monstro em si suspenso».

Venho de um país, que é quase um país-ilha, com as fronteiras fixas desde tempos medievais – o que parece ser uma excentricidade. E que fala uma língua salgada. Continuamos a dizer «vamos à Europa», como se não fizessemos parte dela. E na definição dos nossos poetas este país-ilha é «uma nesga de terra debruada de mar» (Miguel Torga), um «país de marinheiros (António Nobre), «onde a terra acaba e o mar começa» (Luís Vaz de Camões), que se «deita com a cabeceira voltada para o Norte e os pés a mergulharem no Atlântico» (Nuno Júdice). Sempre nos habituámos ao sussurro marítimo, como uma perpétua banda sonora. E, encurralados por Espanha, seguimos em frente. Neste «não haver regresso do verbo navegar/ país do avesso, só mar». (Manuel Alegre)

E o mar invadiu-nos a literatura quando nós o invadimos a ele. «Os portugueses têm um berço pequeno para nascer e um mundo inteiro para morrer», Padre António Vieira. Debaixo do céu e em cima do mar: «Já a vista, pouco a pouco, se desterra/daqueles pátrios montes, que ficavam / Ficava o caro Tejo e as fresca serra/de Sintra, e nela os olhos se alongavam/ Ficava-nos também na amada terra / o coração, que as mágoas lá deixavam./ E já depois que toda se escondeu/ não vimos mais, enfim, que mar e céu» (*Os Lusíadas*, Luís de Camões, canto V).

A mais longa e bela obra épica portuguesa, que todos os meninos aprendem na escola, em louvor do Período das Descobertas... Aliás, e melhor dizendo, que gerações e gerações de crianças foram decompondo numa gigantesca equação de métricas,

oitavas e decassílabos, é uma pena... Sem no entanto aprenderem o reverso desta história, as zonas sombra, os pontos ocultos, a história dos descobertos, a história dos que já lá estavam, dos que foram vencidos, torturados, mortos, escravizados, traficados...

Os portugueses souberam dar novos mundos ao mundo, mas também novos terceiro-mundos ao mundo.

Quase como contraponto à sublime elegia épica d' *Os Lusíadas* temos a nudez crua da história trágico-marítima, antologia de relatos dos séculos XVI e XVII, em que a grande expedição dos portugueses «por mares nunca dantes navegados» aparece despida dessa magnanimidade, em histórias terríveis de tempestades, naufrágios, batalhas, muita ruindade, o delírio da sobrecarga e vã cobiça. É verdade que das páginas da literatura portuguesa se despega o cheiro a mar, mas também o da podridão, da vozearia, dos gritos, dos terrores, dos prantos lastimosos dos naufragos e da mercadoria que, como muitos sabem, tantas vezes, era humana. «Se o oceano em vez de água fosse estrada estaria toda calçada de ossos dos portugueses» (Diogo de Couto). Tal como o Mediterrâneo se vai tornando uma vala comum, nesta crise humanitária de refugiados em que a Europa não soube acolher, não soube estar à altura.

E voltamos ao verso de Sofia, «cada coisa bela tem um monstro em si suspenso». Ou de Pessoa : «Deus ao mar, os perigos e o abismo deu, mas nele é que espelhou o céu».

Foram tantas as narrações sobre naufrágios, batalhas e navegações que se tornaram num género literário autónomo. Dificilmente haverá uma abundância assim em literaturas de outros países. E na História Trágico-Marítima não se descarregam as desgraças na ruindade marinha. As culpas são distribuídas, lançadas muitas vezes a esta estranha forma de vida de se ser português.

Muitos dos trágicos naufrágios, sobretudo na rota da Índia, se deviam à carga excessiva das embarcações. À vil cobiça e vã glória de mandar. Com carregamentos transbordantes, mais do que prometia a força das frágeis naus. Ganância, incúria e ignorância. Ou as reparações dos costados eram superficiais (hoje, dir-se-ia, meramente cosméticas), e a improvisação dos remendos logo se revelava ao menor temporal. «Enfeitam o dano de maneira que pareça bem consertado, e debaixo dele fica a perdição escondida e certa». Ou, a longa permanência aquática deixava apodrecidas as madeiras, e a

acção do mar, por fora, associava-se, em funesta cumplicidade, com a ardência das pimentas que carcomia o casco por dentro.

O delírio da sobrecarga dos portugueses até espantava os piratas: «Que nação haverá no mundo tão bárbara e cobiçosa que cometa passar o Cabo da Boa Esperança, metidos no profundo mar com carga, pondo as vidas a tão provável risco de as perder, só por cobiça; e por isso não é maravilha que percais tantas naus e tantas vidas». A História Trágico-Marítima é um memorial náutico. Que é o mesmo que dizer: um estendal de desgraças. Fala-se no desmazelo daqueles que não traziam, para essa viagem de anos, até à Índia, velas sobresselentes, nem pregaduras para as consertar, oficiais que se afastavam da frota na ânsia de chegar primeiro, na teimosia de pilotos que insistiam em conduzir a embarcação nem para bom nem para mau, nem para porto nenhum. E os corsários ingleses, holandeses, franceses e turcos a vê-los passar.

Diogo de Couto, que foi contemporâneo de Camões, relata uma das mais dramáticas situações, aquando do naufrágio da nau S. Tomé. De nada serviu terem alijado a carga preciosa, o navio começou a meter água.

Dando-o como perdido, os nobres apoderaram-se do batel. Ia a bordo, a caminho do reino, D. Joana de Mendonça, que para ser amarrada e descer ao bote passou a filha de dois anos para os braços da ama. Sabendo que não iria ser salva, como a maioria da tripulação, a ama recusou-se a devolver a criança à mãe «que muito lho pediu com lágrimas e piadades, que puderam mover um tigre». Por várias vezes, marinheiros do batel nadaram e regressaram ao navio semiafundado a buscar água e mantimentos, mas nunca trouxeram a menina, «porque os mais destes homens são deshumanos e cruéis por natureza». No batel, os oficiais aliviavam a carga humana, deitavam homens borda fora até o bote estabilizar. E à vista de todos, a água engoliu de um sorvo a nau inteira. E com ela a menina de D. Joana presa aos braços da ama.

«Fomos ao Rio de Meca, pelejámos e roubámos» (Gil Vicente, *Auto da Índia*). Os marinheiros, traficantes do Oriente, não levavam a poesia embarcada. «São os homens do mar mui semelhantes às mulheres nos tempos dos seus partos, em suas mui estranhas e grandíssimas dores, que juram, se daquela escapam, não terão mais cópula nem ajuntamento com varão. Assim nestes perigos tão evidentes e de tanto temor e espanto, qual há aí que não jure e

prometa de nunca tal lhe acontecer e nem em outra tal se achar? O que, passado, passou-se e acabou-se a memória de tudo, e tudo são folias, pandeiros e zombarias».

Fernão Mendes Pinto foi outro dos anti-heróis desta literatura marítima. Nos seus 21 anos de Peregrinação por terras do Oriente, «treze vezes cativo, dezassete vendido nas partes da Índia, Etiópia e outras províncias», foi vagabundo, embaixador, criado de fidalgo, escravo, mercador, pirata dos mares da China. Um português à deriva, a sucessão de aventuras encadeadas uma após outra, como se sucedem as ondas. Ao personagem de Fernão «tremem-lhe as carnes», para salvar a vida, é capaz de se rojar aos pés do inimigo, de caluniar o amigo, de prometer voltar à indígena com o filho dele nos braços, sem escrúpulos, sem pingo de brio nem de grandeza... Pediu esmola, roubou «com o nome de Jesus na boca e no coração», profanou mausoléus. Mitómano, dizem, ou descrentes somos nós, «porque gente que viu pouco do mundo, como viu pouco também costuma dar pouco crédito ao muito que os outros viram», o que só o torna das personagens mais interessantes da nossa líquida literatura.

Não há aqui réstia da nobreza lusa que os grandes poetas cantaram. Nem um décimo da dignidade do Homem do Leme que enfrenta o Mostrengo. «Aqui ao leme sou mais do que eu: / Sou um povo que quer o mar que é teu; / E mais que o mostrengo que me a alma teme// E roda nas trevas do fim do mundo/ Manda a vontade que me ata ao leme/ De El-Rei D. João Segundo» (Fernando Pessoa).

Obstáculo das grandes empresas, símbolo da inquietude humana: o mar. Bem que bradava do Restelo o velho: «Dura inquietação d'alma e da vida / fonte de desamparo e adultérios / sagaz consumidora conhecida / de fazendas, de reinos e de impérios» (*Os Lusíadas*).

Não é preciso ser professor de metafísica, nem marinheiro, nem poeta para saber que a água é o melhor dissolvente das meditações humanas. A água é boa condutora, até de pensamentos, nela se espelham infelizes Narcisos e «outros fantasmas inacessíveis da vida», «a chave de todo o enigma». O mar é povoado por excêntricas criaturas, cardumes, espécies comedoras e espécies comidas, anémonas, medusas, crustáceos, búzios, florestas submarinas, sereias, baleias gigantes. É navegado por Caronte, Ulisses, Jasão e outros argonautas. Jonas é devorado pela baleia e depois vomitado. O mar é literariamente arável. Não é preciso ser professor de metafísica, nem

marinheiro, nem poeta, nem português para saber que o mar é a mais extensa, a mais líquida e habitada das metáforas...

A humidade do Atlântico corrói-nos o calcário da alma e deixa rastos na literatura como infiltrações nas casas. Somos seres metidabundos, de que fala Melville, logo ao início do seu romance magistral.

O mar é transparente mas parece azul por reflexo do céu. Também pode ser verde – depende das algas e da poluição. Tem os abismos do subconsciente, a metamorfose contínua da superfície, por efeito das pressões, dos ventos e das luas. Tem grutas e recifes de coral. Destroços de naufrágios, plásticos, despojos da humanidade a boiar. Às vezes convulsiona-se, outras estagna-se. Erguem-se vagas do tamanho de prédios ou desmancha-se em calmarias de tédio e pavor. Em poucos minutos, ensaia-se uma tempestade, emissária de fúrias obscuras, depois tudo se dissipa como uma bruma imponderável. Recomeça sempre, cópia infinita desde o princípio dos tempos, ondulação sem repouso, em cada onda um reinício do ciclo eterno, como a cadência de um verso. Tudo transita, tudo recomeça, tudo se dissolve, tudo se funde na ambivalência.

Os brasileiros costumam dizer que ao português falado em Portugal falta-lhe o açúcar. Os espanhóis dizem que português é uma espécie de espanhol sem ossos. Sem ossos, sem açúcar eu gostava de dizer que a minha língua é a mais bela do mundo. Não porque eu a domino razoavelmente, mas porque é a língua que falavam Camões e Pessoa, que falavam Eça de Queirós e Machado de Assis, que falavam Saramago e Jorge Amado, que falavam Drummond de Andrade, Manoel de Barros, e Sophia e Herberto Helder e O'Neill. E também a língua que canta Chico e Caetano, Vinícius e João Gilberto, e os nossos Zeca Afonso, Sérgio Godinho, José Mário Branco, Fausto, Jorge Palma...

E só não digo que a minha pátria é a língua portuguesa, celebrizada frase de Fernando Pessoa/Bernardo Soares, do *Livro do Desassossego*, que parece muito patriótica, mas porque se soltou do contexto, se autonomizou, porque o que o poeta diz a seguir é «Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe syntaxe, não quem escreve em orthographia simplificada, mas a página mal escripta, como pessoa própria, a syntaxe errada,

como gente em que se bata, a orthographia sem ípsilon, como escarro directo que me enjoja independentemente de quem o cuspiisse». Uma declaração de ódio à reforma ortográfica do tempo da primeira república que nos retirou, de certa maneira, a etimologia grega e latina das palavras.

Vivemos tempos estranhos, difíceis de classificar. Provavelmente ainda não dissipámos esta névoa ambígua e finissecular que envolve os fins de ciclo, princípio de um próximo. Fase essa, consonante com a crise – também palavra grega – em que o que é velho ainda resiste e o novo ainda não se conseguiu instalar.

Mas não deixa de ser interessante analisar o quanto a alteração da forma como escrevemos as palavras gera posições tão extremadas e tão inflamadas. Tal como aconteceu com Fernando Pessoa, no princípio do século. A Língua é algo muito nosso, o que nos dá sentido ao mundo, o que nos define e molda a nossa maneira de pensar.

Neste «há mar e mar, há ir e voltar» (Alexandre O'Neill transformou um slogan num provérbio), muita água correu e correrá debaixo das penas ou do teclado dos escritores portugueses. Em *Os Pescadores* de Raúl Brandão regressa-se à narrativa dilacerante dos naufrágios, de vagalhões de meter medo na barra, da ventania rija, do alarido aflito das mulheres na praia da Póvoa. «Dominando a ventania, o bramido do mar ecoa cada vez mais alto: é outra voz imensa e trágica, clamorosa e trágica...». «Ai, meu rico filho que não o torno a ver», acode o mulherio que geme e chora com as saias ensopadas pela cabeça: «Vidas de sobressalto, o coração retalhado, correndo sempre a costa, primeiro pelos homens, mais tarde pelos filhos e depois pobres destroços sem serventia pelos netos, mal podendo já com a cacaça, e vendo-os desaparecer um a um naquele mar profundo».

Mas o mar e céu exigem desgraça. «Não é a tempestade, é a ameaça; não é a desordem, é o pavor suspenso». Como céu e mar «inseparáveis de um olhar mais vasto», assim está geminado o oceano com a poesia portuguesa. Porque «o mar invade tudo mas por dentro» (Armando da Silva Carvalho): «Gotas marítimas notavam-se/ no brilho das pulseiras/ de uma amante/ líquido miúdo mas brilhante/ até nas varizes das peixeiras».

Herberto Hélder, em *Passos em Volta*, surrealizou esta nossa incestuosa relação na história do casal de cães que tinha um marinheiro para lhe guardar o jardim: «Não se deve deixar um

marinheiro à solta no jardim, que fica perto do mar. Um marinheiro é uma criatura derivada por sufinação, e pode reear-se o poder do elemento base: o radical mar. Em vez de guardar o jardim, ele acabaria por fugir para o mar». Ruy Belo, em *Morte ao Meio-Dia*: «O meu país é o que o mar não quer / é o pescador cuspidor à praia à luz do dia / pois a areia cresceu e a gente em vão requer / curvada o que de frente erguida já lhe pertencia».

E o mar de Sophia, que não tem nada a ver com nenhum outro. Inominável e único. O mar de mergulhar de olhos abertos. O mar da contemplação, da divagação, do infinito, da mitologia grega, das criaturas miniaturais e profundas: «No fundo do mar há brancos pavores, / onde as plantas são animais / e os animais são flores». O mar da praia, do depósito de sedimentos de infância, das pulgas do mar, nortenho e agreste, ou mediterraneamente azuis. Não há tormentas, nem cabos a dobrar, só ilhas misteriosas, segredos em rochedos, só a busca da pureza e da luz primordial. O mar das anémonas, medusas e corais. De casas brancas e flores marinhas. «Dia do mar do meu quarto-cubo / onde os meus gestos sonâmbulos deslizam/ entre o animal e a flor como medusas. / Dia do mar no ar, dia alto/ onde os meus gestos são gaivotas que se perdem / Rolando sobre as ondas, sobre as nuvens».

Da minha língua vê-se o mar, disse Vergílio Ferreira. Ou o contrário, que também é verdadeiro, Do meu mar vê-se a língua, pois não a imaginamos sem ser salgada.